

UMA PROPOSTA DE ANÁLISE SETORIAL DA ACESSIBILIDADE EM INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS

Emmanuel Sá Resende Pedroso; Danielle Lopes Vilas; Lídia Martins de Almeida; Victor José Bocafoli Machado

*Universidade Federal de Juiz de Fora, emmanuel.pedroso@arquitetura.ufff.br,
danielle.vilas@arquitetura.ufff.br, lidia-martins10@hotmail.com, victorbmjose@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

O processo de envelhecimento vigente no Brasil acaba por contribuir para a existência de uma demanda cada vez maior por equipamentos urbanos voltados à pessoa idosa. Parte dessas soluções dotada de caráter habitacional recebe a denominação Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI). As ILPIs são:

instituições governamentais ou não governamentais, de caráter residencial, destinada a domicílio coletivo de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, com ou sem suporte familiar, em condição de liberdade e dignidade e cidadania (BRASIL, 2005, p. 03).

De acordo com Lima (2005), até o século XVIII, todos os indivíduos que estavam à margem da sociedade eram destinados à essas instituições, fato que marcou de forma negativa a imagem dos asilos até hoje. Para acabar com o preconceito estabelecido, as Instituições de Longa Permanência para Idosos adotam de mecanismos geradores de uma ambientação similar à de um centro de vivência coletivo. Nelas, os idosos irão além de descansar, praticar a convivência em sociedade e se apropriar do espaço que os cerca, usufruem de formas de lazer e entretenimento na vida cotidiana. É importante ressaltar que na maioria dos casos, ali será o local no qual os residentes irão permanecer até o final de sua vivência. Assim, fica explícita a importância que essas instituições desempenham na vida desses indivíduos tanto na esfera social, como na emocional e física. Todavia, em muitas ILPIs, a maioria dos espaços não foram articulados de maneira a proporcionar autonomia, conforto e segurança a seus residentes. Tal cenário acaba por ilustrar a afirmação de Beauvoir (1990, p. 373):

O coeficiente de adversidade das coisas cresce: as escadas são mais difíceis de subir, as distâncias mais longas de percorrer, as ruas mais perigosas de atravessar, os pacotes mais pesados para carregar.

Desse modo, a fim de criar ambientações que atinjam as demandas anteriormente citadas, é preciso adentrar no campo arquitetônico. Nessa perspectiva, é vital levar em consideração a acessibilidade espacial, sobretudo no que diz respeito a condições de deslocamento dos idosos, uso dos espaços, orientação e comunicação nos mesmos. Assim, o espaço acessível apresenta-se como condição básica para que a existência de um envolvimento afetivo e consequente apropriação sejam oportunizadas a todos os moradores da ILPI. Aqui se instala o objetivo geral deste trabalho que consiste em uma síntese da estrutura de uma proposta de análise da acessibilidade em ILPIs, a partir da consideração das especificidades inerentes a cada um de seus setores. Tal instrumento, elaborado no Projeto de Treinamento Profissional “Acessibilidade em Instituições de Longa Permanência para Idosos”, desenvolvido na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Juiz de Fora (FAU/UFJF), uma vez concluído, será disponibilizado para aplicação nas vinte e três instituições localizadas na cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil.

2. METODOLOGIA

A metodologia adotada nesse processo compreende o emprego da técnica da documentação indireta. Segundo Marconi e Lakatos (2009, p. 176), a técnica da documentação indireta “é a fase da pesquisa realizada com intuito de recolher informações prévias sobre o campo de interesse”, que pode ser realizada por meio de pesquisa documental e/ou bibliográfica. Seu emprego neste trabalho possibilitou uma revisão bibliográfica sobre temas idoso, ILPI, avaliação pós-ocupação e acessibilidade. Assim, a rede de dados foi ampliada e, com isso, tornou-se possível a avaliação do conteúdo sob novos aspectos, oferecendo meios inovadores para a solução de problemas já conhecidos. Neste estudo, tal técnica permitiu a realização de uma revisão bibliográfica acerca dos temas idoso, ILPI, avaliação pós-ocupação (APO), acessibilidade e apropriação. Aqui, três pontos foram fundamentais para a elaboração da proposta de análise da acessibilidade objetiva na presente pesquisa: (1) o conceito de acessibilidade espacial e o instrumento proposto na obra “Promovendo acessibilidade espacial nos edifícios públicos: programa de acessibilidade às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida nas edificações de uso público” por Dischinger, Bins Ely e Piardi (2012); (2) os métodos e instrumentos de avaliação apresentados por Kowaltowski et al. (2013) em “Qualidade ambiental na habitação: avaliação pós-ocupação” de Villa e Ornstein (2013); e (3) alguns dos instrumentos de análise do ambiente construído, presentes na obra “Observando a qualidade do lugar: procedimentos para a avaliação pós-ocupação” de Rheingantz et al. (2009).

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os setores de uma ILPI apresentam especificidades que devem ser estudadas de maneira aprofundada. A estruturação da proposta de análise da acessibilidade em setores vem ao encontro de tal constatação, na medida em que possibilita uma abordagem direcionada a cada área do equipamento urbano em questão, de maneira a contemplar não somente aspectos comuns a toda a instituição, mas também questões próprias de cada uma de suas partes.

Tendo como base os ambientes listados no programa presente na Portaria nº 73 da Secretaria de Políticas de Assistência Social, foram estabelecidos quatro setores, sendo eles: íntimo, de convívio, administrativo e de serviços (BRASIL, 2001). A proposta de análise é composta por três ferramentas: o *checklist*; a entrevista; e a matriz de descobertas.

Devido à necessidade de estruturação da análise, de maneira a permitir leituras tanto fragmentadas quanto gerais, o instrumento adotado foi o *checklist*. Kowaltowski et al. (2013, p. 161) afirma que:

fazer avaliação por *checklists* é um método muito comum. Existem *checklists* para temas específicos, como segurança e acessibilidade, e para tipos de ambientes: habitação, escolas, hospitais etc. As diversas listas existentes são úteis para uma avaliação eficiente e produtiva, principalmente de projetos em desenvolvimento. As listas são organizadas em categorias, classes, critérios e pré-requisitos e atribuem pontos a esses itens.

Embora direcionados para cada setor, o que culmina em configurações distintas, os *checklists* apresentam pontos em comum. Tais convergências são encontradas no conceito base adotado, na estruturação da planilha, na contemplação das circulações (horizontais e verticais) e nas fontes de dados utilizadas.

O conceito empregado, acessibilidade espacial, corresponde às condições que permitem o deslocamento físico no espaço; a compreensão desse ambiente; a orientação do indivíduo nele; e seu uso com autonomia e independência. Logo, na análise do mesmo, são considerados quatro componentes: deslocamento, orientação, uso e comunicação (DISCHINGER; ELY; PIARDI, 2012). A estruturação da ferramenta, por sua vez, teve como referência inicial a planilha de análise da acessibilidade proposta na obra “Promovendo acessibilidade espacial nos edifícios públicos: programa de acessibilidade às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida nas edificações de uso público” por Dischinger, Bins Ely e Piardi (2012). Além dos ambientes específicos de cada setor, um ponto comum permeia todos os *checklists*: as circulações horizontal e vertical. Por fim, o suporte referente à legislação e/ou normatização foi fornecido pela norma NBR 9050 de 2015 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) intitulada “Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos” e a Resolução da Diretoria Colegiada RDC nº 283 da ANVISA, correspondente ao “Regulamento técnico para funcionamento das Instituições de Longa Permanência para Idosos” (ABNT, 2015) (BRASIL, 2005).

Já as dissonâncias são verificadas nos ambientes e aspectos específicos de cada setor estudado.

As entrevistas foram adotadas tendo em vista a possibilidade de contato direto com os residentes das ILPIs.

A entrevista é uma técnica tradicional na pesquisa em ciência sociais, adequada para a obtenção de informações sobre o que as pessoas sabem, creem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram e acerca de suas explicações a respeito de temas específicos (VOORDT; WEGEN, 2005 apud KOWALTOWSKI et al., 2013, p. 163).

Tal instrumento encontra-se voltado para a obtenção de dados sobre idosos como idade, sexo, estado civil, tempo de estadia na instituição, utilização ou não de tecnologia assistiva, grau de dependência, realização de atividades e possíveis dificuldades encontradas e ocorrência de acidentes. Enquanto os primeiros pontos são voltados para a caracterização dos participantes, os dois últimos norteiam as perguntas formuladas.

Terceira e última ferramenta, a matriz de descobertas é utilizada nesta proposta a fim de organizar os dados alcançados. Este instrumento foi elaborado por Helena Rodrigues e Isabelle Soares com o intuito de estruturar os resultados obtidos de maneira a facilitar o seu entendimento por clientes e usuários (RODRIGUES et al., 2004 apud RHEINGANTZ et al., 2009) (CASTRO; LACERDA; PENNA, 2004 apud RHEINGANTZ et al., 2009).

Assim, é aqui concluída a apresentação, em síntese, da proposta de análise setorial da acessibilidade em ILPIs.

4. CONCLUSÕES

A promoção da acessibilidade em ILPIs é condição básica para tornar possível a sua apropriação por todos os seus residentes. Logo, a proposta aqui explicitada, aplicada na íntegra, pode fornecer aos responsáveis por essas moradias coletivas institucionais, dados norteadores e ações que, uma vez colocadas em prática, certamente irão contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos idosos.

5. REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. 2015. Rio de Janeiro, 2015.

BEAUVOIR, S. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BRASIL. Leis. Lei nº 10741, de 1 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 3 out. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm>. Acesso em: 22 fev. 2018.

_____. Resolução de Diretoria Colegiada – RDC no 283, de 26 de setembro de 2005. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Regulamento técnico para funcionamento das Instituições de Longa Permanência para Idosos. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 27 set. 2005a. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/documents/10181/2718376/RDC_283_2005_COMP.pdf/a38f2055-c23a-4eca-94ed-76fa43acb1df>. Acesso em: 22 fev. 2018.

_____. Portaria nº 73, de 10 de maio de 2001. Ministério da Previdência e Assistência Social. Normas de Funcionamento de Serviços de Atenção ao Idoso no Brasil. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 14 mai. 2001. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/CAO_Idoso/Legislacao/Federal/Portaria%20n%C2%BA%2073.doc>. Acesso em: 25 fev. 2018.

DISCHINGER, M.; ELY, V. H. M. B.; PIARDI, S. M. D. G. **Promovendo acessibilidade espacial nos edifícios públicos: programa de acessibilidade às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida nas edificações de uso público**. Florianópolis, Brasil. Disponível em: <http://www.mp.sc.gov.br/portal/conteudo/imagens/noticias/manual_acessibilidade.pdf>, Acesso em 11 set. 2018.

KOWALTOWSKI, D. C. C. K. et al. Métodos e instrumentos de avaliação de projetos destinados à habitação de interesse social. In: VILLA, S. B.; ONSTEIN, S. W. (Orgs.). **Qualidade ambiental na habitação: avaliação pós-ocupação**. São Paulo: Oficina de Textos, 2013. p. 149-184.

LIMA, M. A. X. C. O fazer Institucionalizado: **O cotidiano do asilamento**. Dissertação de Mestrado - PEPGG, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2005.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2009.

RHEINGANTZ, P. A. et al. **Observando a Qualidade do Lugar: procedimentos para a avaliação pós-ocupação**. Universidade Federal do Rio de Janeiro/Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Proarq FAU/UFRJ. Rio de Janeiro, 2009.